

II Congresso Internacional Humanismo, Direitos Humanos e Cidadania

Ebook



Humanismo, Direitos Humanos e Cidadania Global

II Congresso Internacional 2021

Jacinto Serrão | Maria Neves | Hélia Bracons
José Brás | Arlinda Cabral (Eds.)

Lisboa, 2022



**Edições Universitárias
Lusófonas**

Todos os artigos e resumos publicados são propriedade da Universidade Lusófona e do Centro de Estudos Interdisciplinares em Educação e Desenvolvimento, pelo que não podem ser reproduzidos para fins comerciais sem a devida autorização. A responsabilidade pela idoneidade e conteúdo dos artigos e dos resumos é da exclusiva responsabilidade de cada autor/a.

Edição Centro de Estudos Interdisciplinares
em Educação e Desenvolvimento (CeIED)
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Propriedade Edições Universitárias Lusófonas

Paginação Marisa Oliveira

Coordenação Editorial e Revisão Jacinto Serrão

Design gráfico Beatriz Venturini

ISBN 978-989-757-204-3

1ª edição 2022

Contactos Campo Grande, 376, 1749-024 Lisboa
Tel. 217 515 500
www.ulusofona.pt
www.ceied.ulusofona.pt

Ajustamento Psicoemocional e Relacional de Crianças e Jovens com Medida de Acolhimento Residencial

Fátima Gameiro¹

Paula Ferreira²

Ana Pedro³

Beatriz Rosa³

Resumo

De acordo com a literatura, diversos são os fatores que podem influenciar a forma como a criança/jovem se autoavalia, tendo as relações familiares um papel de destaque. Este papel pode ter uma influência direta no ajustamento psicoemocional e relacional das crianças/jovens, no autoconceito, na autoestima, na percepção de suporte social e na conduta. Com o objetivo de comparar o ajustamento de crianças/jovens que vivem em família de origem e em acolhimento residencial foram estudadas 169 crianças/jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 21 anos, 62 a residir em Casa de Acolhimento Residencial e 107 em família, sendo 76 do sexo masculino e 93 feminino. Foram aplicados, via presencial e *googleforms*, a Escala de Avaliação do Autoconceito de *Piers-Harris*, a Escala de Autoestima de *Rosenberg*, as Escalas de Percepção de Suporte Social dos Amigos e da Família e o Questionário de Agressividade. Os resultados demonstraram que há diferenças estatisticamente significativas entre as crianças e jovens em acolhimento residencial e as que residem com as suas famílias em todos os parâmetros analisados. As crianças e jovens em acolhimento apresentam-se mais fragilizados ao nível do autoconceito, da autoestima, da percepção de suporte social dos pares e da família. Somente nos valores relativos ao autoconceito de ansiedade não se registaram diferenças significativas, apresentando-se ambos os grupos com valores acima dos normativos para a faixa etária. Quanto à percepção de agressividade, verifica-se que as crianças/jovens institucionalizados manifestam uma maior percepção de agressividade, quer ao nível geral, quer nas dimensões instrumental, afetiva e cognitiva. Os resultados permitem concluir que todos os participantes revelam fragilidades ao nível da gestão da ansiedade, sendo que os institucionalizados manifestam-se mais desajustados psicológica e relacionalmente e mais

¹ Instituto de Serviço Social/ULHT; fatima.gameiro@ulusofona.pt

² Instituto de Serviço Social/ULHT; paula.ferreira@ulusofona.pt

³ Lar dos Rapazes e Primeiro Passo/SCMS; ana.pedro@scms.pt

⁴ Escola de Psicologia e Ciências da Vida/ULHT; beatriz.rosa@ulusofona.pt

agressivos, demonstrando a urgência em intervir de forma transdisciplinar junto desta população, promovendo competências pessoais, relacionas e sociais.

Palavras-chave: Ajustamento psicoemocional e relacional; Agressividade; Crianças e jovens; Família; Acolhimento residencial.

INTRODUÇÃO

Na interação as crianças desenvolvem a (auto)regulação emocional, construindo modelos internos, que resultam em representações sobre os outros, sobre si mesmo/a e o seu próprio valor (Candeias et al., 2018). As relações com figuras de referência exercem um poder significativo no ajustamento psicoemocional e relacional desde a primeira infância até à adolescência (Blakely-McClure & Ostrov, 2016). É reconhecido que vários fatores podem influenciar a forma como cada criança/jovem se autoavalia, o seu autoconceito, autoestima, percepção de suporte social e conduta, tendo as relações familiares um papel de grande destaque (Giovanelli & Reynolds, 2021). Segundo a literatura, o contexto familiar tem um papel crucial no desenvolvimento holístico da criança/adolescente, surgindo com conotação de refúgio, onde predominam sentimentos de intimidade, afetividade, solidariedade e privacidade, ou como o de um lugar de inautenticidade, dominando sentimentos de opressão, obrigação, egoísmo, sendo neste caso, a família geradora de conflitos e de violência (Ramos, 1993). Sendo a família o primeiro grupo social de pertença do indivíduo, deveria oferecer modelos de comportamento e de conduta social. Para Bandeira e colaboradores (2006), os comportamentos problemáticos encontram-se relacionados com os estilos parentais adotados na educação das crianças. Desta forma, pais das crianças que apresentam comportamentos problemáticos são mais diretivos, têm menos contato com os filhos e possuem menor responsabilidade. O estudo de Ferreira e Marturano (2002) demonstrou que crianças com comportamentos problemáticos apresentam maiores dificuldades nas relações parentais. Os pais destas crianças adotam estilos parentais reativos, e caracterizam-se por interações negativas, menor preocupação com a segurança e necessidades dos filhos, e pelo uso de ameaças e agressão física. Assim, de acordo com Bolsoni-Silva e colaboradores (2008) torna-se necessário aumentar a frequência de habilidades sociais educativas parentais, uma vez que estas podem prevenir os problemas de comportamento dos filhos. Se os pais possuírem as habilidades sociais necessárias, podem utilizar práticas educativas mais eficazes, como o estabelecimento de limites em detrimento de práticas punitivas.

Os contextos de risco e perigo para as crianças e jovens assumem um caráter epidemiológico relevante na sociedade atual. Em Portugal, tendo em consideração o Relatório de Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo (CPCJ) de 2020 (Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens/CNPDPJ, 2021) existem 69 622 processos de promoção e proteção, sendo que 66 529 crianças e jovens beneficiaram de intervenção pelas

CPCJ e destas, 24 531 beneficiaram de medidas aplicadas ou em execução (45% raparigas e 55% rapazes), tendo sido aplicada a medida de Acolhimento Residencial após acordo de promoção e proteção a 4,7% das crianças/jovens avaliadas. Segundo a mesma fonte (CNPDPJC, 2021), as principais situações de perigo na infância e juventude comunicadas à CPCJ em 2020 estiveram associadas sobretudo à negligência (34,20%), violência doméstica (31,9%), direito à educação (15,3%) e a comportamentos de perigo na infância e juventude (em que estes, de forma grave e continuada, tendem a comportar-se de maneira a prejudicar a sua integridade física e/ou psicológica ou de outras pessoas) (18,60%)⁵.

Estudos sobre o contexto familiar revelam que os cuidadores de crianças/jovens envolvidas no sistema de proteção infantojuvenil apresentam elevados níveis de problemas cognitivos (McConnell et al., 2011), constituindo uma condição de vulnerabilidade para o desempenho da parentalidade (Bayer et al., 2011), pela interação entre as crianças/jovens desafiadoras com a vulnerabilidade parental (Sameroff, 2009) e pela interação complexa entre fatores biológicos, psicológicos, comportamentais e contextuais (O'Connor & Scott, 2007).

De acordo com Siqueira e Dell'Aglio (2010), a colocação num contexto não familiar e a permanência longe da família de origem pode atuar como mais uma violência para as crianças/adolescentes que passaram por situações de fragilidade ao longo de seu desenvolvimento. Segundo Oliveira e Próchno (2010), a situação de acolhimento residencial interfere na vinculação afetiva de modo significativo em crianças/jovens. Adolescentes que passaram parte do seu desenvolvimento em Casa de Acolhimento podem ter o seu pensamento comprometido, mais concretamente, o seu desenvolvimento cognitivo (Velarde & Martínez, 2008). Na mesma direção, Sigal et al. (2003) afirmaram que a experiência de institucionalização prolongada e precoce pode trazer prejuízos graves ao desenvolvimento cognitivo dos indivíduos. Também, o tempo de institucionalização pode influenciar a rede de apoio, especialmente quanto à percepção de proximidade e qualidade das relações, visto que um maior tempo de institucionalização pode-se associar a pior percepção de proximidade nas relações e menor número de contatos na rede de apoio (Siqueira & Dell'Aglio, 2010). Num outro estudo, Lausten & Fredriksen (2016), concluíram que o bem-estar subjetivo de crianças em Casa de Acolhimento é significativamente menor do que o das crianças que vivem nas famílias de origem e que crianças institucionalizadas são mais propensas ao absentismo e ao abandono escolar mesmo quando comparadas com outras crianças em situações vulneráveis (Berridge et al., 2020).

Quanto aos fatores de proteção no acolhimento residencial, Alborno (2009) refere que a institucionalização pode funcionar como recurso terapêutico para a recuperação de crianças/adolescentes vítimas de abandono e abuso, uma vez que, nesse contexto, podem ser resgatadas as experiências de cuidado afetivo,

⁵ Estas situações enquadram-se na tipologia de situação de perigo definida pela CNPDPCJ (2021).

não permitindo que vivências de privação anteriores sejam incapacitantes. Carvalho & Manita (2010) verificaram que, após um período de adaptação inicial, as crianças acolhidas revelaram uma percepção positiva em relação à vida na instituição e uma valorização positiva da instituição enquanto lar que os acolhe. Diversos estudos têm apresentado resultados indicativos de presença de processos de resiliência na construção de novas relações afetivas estabelecidas após a institucionalização, tanto com pares, sobretudo irmãos, como com adultos entre adolescentes em situação de acolhimento residencial (Dalbem & Dell’Aglio, 2008). Além disso, segundo Weber (2007), crianças/adolescentes institucionalizados que vivem num ambiente com rotinas e regras claras, podem promover o seu repertório emocional, cognitivo e comportamental, o que facilita o seu desempenho escolar e social. Apesar da complexidade de fatores de risco e proteção envolvidos na institucionalização, há estudos que demonstram as alterações no ambiente e qualidade do atendimento destes locais, sendo que estas têm-se mostrado, no decorrer dos anos, mais adequadas no atendimento, no acompanhamento e na proteção de crianças/adolescentes (Siqueira & Dell’Aglio, 2010).

Na perspectiva bioecológica, o desenvolvimento humano constitui-se de forma mais ampla, sendo influenciado pela pessoa (disposições - gerais e disruptivas; recursos - competências e disfunções; demandas - positivas e negativas) e pelo processo (Microsistema; Mesosistema; Exosistema e Macrossistema). Aspeto importante promotor do desenvolvimento emocional é a relação com alguém que se importe genuinamente pela criança/adolescente e estabeleça uma relação de proximidade com ela (Bronfenbrenner, 2011). Diversos estudos que consideram a perspectiva contextual do desenvolvimento têm demonstrado que ser acolhido temporariamente em Casa de Acolhimento pode contribuir para que a criança/adolescente constitua uma rede de apoio satisfatória, capaz de propiciar sentimento de confiança e processos proximais que favorecem o seu desenvolvimento psicológico e social (Dalbem & Dell’Aglio, 2008; Siqueira & Dell’Aglio, 2010).

Tendo em consideração esta diversidade de análises compreensivas e de resultados, este estudo teve como objetivo comparar o ajustamento psicoemocional e relacional de crianças/jovens que vivem em família de origem e em acolhimento residencial.

MÉTODO

2.1. Participantes

A amostra foi constituída por 169 crianças/jovens com idades compreendidas entre os 10 e os 21 anos ($M=15,76$; $DP=2,68$), sendo 76 (45%) do sexo masculino e 93 (55%) feminino. Relativamente ao regime de habitação, 62 (36,7%) encontravam-se a residir em casa de acolhimento residencial, e 107 (63,3%) viviam em família.

2.2. Delineamento

Estudo comparativo. Definiram-se como variáveis dependentes os resultados do autoconceito (Escala de Avaliação do Autoconceito de *Piers-Harris*), da autoestima (Escala de Autoestima de *Rosenberg*), da percepção de suporte social dos amigos e família (Escala de Percepção de Suporte Social dos Amigos e da Família) e a percepção de agressividade (Questionário de Agressividade) e como variável independente o local em que habitam (Casa de Acolhimento e Família).

2.3. Instrumentos

A Escala de Avaliação do Autoconceito de *Piers-Harris* (PHCSCS-2, Piers & Hertzberg, 2002, aferição portuguesa de Veiga & Domingues, 2012) foi utilizada para avaliar a percepção de autoconceito e a Escala de Autoestima de *Rosenberg* (EACRR, Rosenberg, 1989; Corcoran, & Fischer, 2000, aferição portuguesa de Pechorro et al., 2011), para avaliar a percepção de autoestima. Para avaliar a percepção que as crianças/jovens têm relativamente aos seus pares e à sua família, foram utilizadas as Escalas de Percepção de Suporte Social dos Amigos e da Família (PSS-Par e PSS-Fam, Procidano & Heller, 1983, aferidas por Gouveia et al., 2015). Para conhecer a autopercepção de agressividade, foi utilizado o Questionário de Agressividade (AQ, Buss & Perry, 1992, aferição portuguesa de Simões, 1993).

2.4. Procedimento

Após aprovação institucional, foi solicitado o consentimento informado e o protocolo foi administrado de forma presencial às crianças e jovens em acolhimento residencial e via *online* (através do *Googleforms*) às crianças e jovens em contexto familiar.

RESULTADOS

Foram analisadas as diferenças entre os grupos, crianças/jovens em acolhimento residencial e a residir em família, em relação às variáveis dependentes (autoconceito, autoestima, percepção de suporte social dos amigos e família e percepção de agressividade), através do teste *t* de amostras independentes. Verificou-se que as crianças e jovens em acolhimento residencial revelam diferenças estatisticamente significativas ($p=0.000$) das que residem com as suas famílias em todos os parâmetros analisados. As crianças e jovens integradas em acolhimento residencial apresentam menos autoconceito ($t(96,18) = -6,04; p = 0,000$) do que as que se encontram enquadradas em contexto familiar (Tabela 1). Somente nos valores relativos ao autoconceito de ansiedade é que não se registaram diferenças significativas, apresentando-se ambos os grupos com valores acima dos normativos para a faixa etária ($t(167) = 0,11; p = 0,910$) (Tabela 1).

Tabela 1 – Diferenças no Autoconceito por grupo

	Grupo			
	Casa de Acolhimento		Família	
	M	DP	M	DP
Autoconceito Total	3,63*	0,87	4,37*	0,61
Autoconceito- Ansiedade	17,27	6,40	17,17	5,53

Fonte: elaboração própria (2021)

* $p = 0,000$

Ao nível da autoestima, as crianças e jovens em acolhimento também apresentam resultados mais baixos ($t(116,88) = -5,24$; $p = 0,000$) do que as que residem com as suas famílias (Tabela 2).

Tabela 2 – Diferenças na Autoestima por grupo

Autoestima	Grupo			
	Casa de Acolhimento		Família	
	M	DP	M	DP
	14,66*	6,33	19,77*	5,69

Fonte: elaboração própria (2021)

* $p = 0,000$

Quanto à percepção de suporte social dos pares ($t(102,27) = -7,89$; $p = 0,000$) e da família ($t(104,96) = -4,13$; $p = 0,000$), as crianças e jovens em acolhimento registam também valores mais baixos (Tabela 3).

Tabela 3 – Diferenças na Percepção de Suporte Social por grupo

Percepção de Suporte Social	Grupo			
	Casa de Acolhimento		Família	
	M	DP	M	DP
Pares	9,16*	4,92	14,86*	3,75
Família	9,06*	6,34	12,93*	4,99

Fonte: elaboração própria (2021)

* $p = 0,000$

Relativamente à percepção de agressividade, também as diferenças entre os grupos são estatisticamente significativas, verificando-se que as crianças/jovens institucionalizados manifestam uma maior percepção de agressividade, quer ao

nível geral ($t(90,21) = 8,74$; $p = 0,000$), quer nas dimensões instrumental ($t(96,62) = 7,38$; $p = 0,000$), afetiva ($t(83,18) = 7,80$; $p = 0,000$) e cognitiva ($t(99,57) = 7,99$; $p = 0,000$) (Tabela 4).

Tabela 4 – Diferenças na Perceção de Agressividade por grupo

Agressividade	Grupo			
	Casa de Acolhimento		Família	
	M	DP	M	DP
Total	3,17*	0,69	2,32*	0,44
Instrumental	3,22*	0,74	2,44*	0,52
Afetiva	2,98*	0,91	1,99*	0,51
Cognitiva	3,20*	0,68	2,41*	0,50

Fonte: elaboração própria (2021)

* $p = 0,000$

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve como objetivo comparar o ajustamento psicoemocional e relacional de crianças/jovens que vivem em família de origem e em acolhimento residencial. Concluiu-se que as crianças e jovens integradas em acolhimento residencial apresentam um autoconceito, uma autoestima e uma perceção de suporte social dos pares e da família mais fragilizado do que as que se encontram enquadradas em contexto familiar e que as crianças/jovens institucionalizados manifestam uma maior perceção de agressividade, quer ao nível geral, quer nas dimensões instrumental, afetiva e cognitiva do que as que se encontram inseridas em família. Estes resultados encontram-se em linha com a literatura, que tem vindo a demonstrar que crescer em família pode funcionar como um fator protetor em crianças e adolescentes (Gonçalves, Baptista & Farcas, 2016) e que o bem-estar subjetivo destas em acolhimento residencial é significativamente menor do que as que vivem nas famílias de origem (Lausten & Fredriksen, 2016). Os resultados desta investigação vêm confirmar a literatura que defende estas fragilidades no acolhimento residencial e levantar preocupações acrescidas. Todas as crianças/jovens inquiridos revelam fragilidades ao nível da gestão da ansiedade, sendo que as que se encontram em acolhimento residencial manifestam-se mais desajustadas psicológica e relacionalmente e mais agressivas. É urgente intervir de forma transdisciplinar junto desta população, promovendo competências pessoais, relacionas e sociais. Foi com este objetivo que surgiu a necessidade de conceptualizar, aplicar e validar um novo modelo de intervenção em Casa de Acolhimento Residencial que se centre numa perspetiva de promoção de fatores protetores, que seja uma resposta inovadora, com integração sistémica de um conjunto de atividades de estimulação (desporto, artes,

realidade virtual, famílias e pares) e que vise o fomento de competências pessoais, de socialização interpessoal e de estímulo das relações por forma a dar resposta às fragilidades desta população e promover a qualidade do Acolhimento Residencial para crianças e jovens em perigo em Portugal. Sendo também de valorizar a intervenção com as famílias, as equipas técnicas e a comunidade escolar, dotando-as de ferramentas e estratégias para intervir com todas as crianças e jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Albornoz, A. C. G. (2009). Perspectivas no abrigo de crianças e adolescentes vitimizados. In S. Rovinski & R. Cruz (Eds.). *Psicologia jurídica: Perspectivas teóricas e processos de intervenção* (pp.181-194). Vetor.
- Bandeira, M., Rocha, S., Sousa, T., Del Prette, Z., & Del Prette, A. (2006). Comportamentos problemáticos em estudantes do ensino fundamental: Características da ocorrência e relação com habilidades sociais e dificuldades de aprendizagem. *Estudos de psicologia*, 11(2), 199-208.
- Bayer, J., Ukoumunne, O., Lucas, N., Wake, M., Scalzo, K., & Nicholson, J. (2011). Risk factors for childhood mental health symptoms: national longitudinal study of Australian children. *Pediatrics*, 128, 865-879. doi: 10.1542/peds.2011-0491
- Berridge, D., Luke, N., Sebba, J., Strand, S., Cartwright, M., Staples, E., McGrath-Lone, L., Ward, J., & O'Higgins, A. (2020). *Children in need and children in care: Educational attainment and progress*. University of Oxford, Department of Education/University of Bristol.
- Blakely-McClure, S., & Ostrov, J. (2016). Relational aggression, victimization and self-concept: Testing pathways from middle childhood to adolescence. *Journal of Youth and Adolescence*, 45, 376-390. <http://doi.10.1007/s10964-015-0357-2>
- Bolsoni-Silva, A., Salina-Brandão, A., Versuti-Stoque, F., & Rosin-Pinola, A. (2008). Avaliação de um programa de intervenção de habilidades sociais educativas parentais: Um estudo-piloto. *Psicologia, Ciência e Profissão*, 28(1), 18-33.
- Bronfenbrenner, U. (2011). *Bioecologia do desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos*. Artmed.
- Candeias, A., Portelada, A., Vaz-Velho, C., Galindo, E., Pires, H., Borralho, L., Grácio, L. Costa, N., Reschke, K., & Witruk, E. (2018). Multiple approaches to the study and Intervention in Stress. *Proceedings of the International Seminar: Multiple Approaches to the study and Intervention in stress*. Universidade de Évora.
- Carvalho, T., & Manita, C. (2010). Percepções de crianças e adolescentes institucionalizados sobre o processo de institucionalização e a experiência na instituição. In C. Nogueira, I. Silva, L. Lima, A. Almeida, R. Cabecinhas, R. Cascio, C., Moore, D., & McGlone, F. (2019). *Social touch and human development. Developmental Cognitive Neuroscience*. 35, 5–11. doi:10.1016/j.dcn.2018.04.009
- Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças e Jovens (2021). *Relatório de Avaliação da Atividade das CPCJ- 2020*. Retirado de <https://www.cnpdpj.gov.pt/relatorio-atividades>
- Dalbem, J., & Dell'Aglio, D. (2008). Apego em adolescentes institucionalizadas: processos de resiliência na formação de novos vínculos afetivos. *Psico*, 39(1), 33-40.
- Ferreira, M. & Marturano, E. (2002). Ambiente familiar e os problemas do comportamento

- apresentados por crianças com baixo desempenho escolar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 15(1), 35-45.
- Giovanelli, A., & Reynolds, A. J. (2021). Adverse childhood experiences in a low-income black cohort: The importance of context. *Preventive Medicine*, 148, 106557.
- Gonçalves, M., Baptista, M. N., & Farcas, D. (2016). IPSF: Análise da estrutura interna em uma amostra de jovens adultos portugueses. *Avaliação Psicológica*, 15(1), 115-123.
- Gouveia, P., Leal, I., Cardoso, J. & Nunes, A. (2015). Contributos para a adaptação e aferição de duas medidas de suporte social. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 16(3), 386-391.
- Lausten, M., & Fredriksen, S. (2016). Do you love me? An empirical analysis of the feeling of love amongst children in out-of-home care. *Scottish Journal of Residential Child Care*, 15(3), 90-103. doi: 10.14324/111.444.ijsp.2017.07
- McConnell, D., Feldman, M., Aunos, M., & Prasad, N. (2011). Parental cognitive impairment and child maltreatment in Canada. *Child Abuse and Neglect*, 35, 621-632.
- O'Connor, T., & Scott, S. (2007). *Parenting and outcomes for children*. Joseph Rowntree Foundation.
- Oliveira, S. & Próchno, C. (2010). A vinculação afetiva para crianças institucionalizadas à espera de adoção. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(1), 62-84.
- Pechorro, P., Maroco, J., Poiates, C., & Vieira, R. (2011). Validação da escala de auto-estima de Rosenberg com adolescentes portugueses em contexto forense e escolar. *Arquivos de Medicina*, 25(5-6), 174-179.
- Ramos, N. (1993), *Maternage en milieu portugais autochtone et immigré. De la tradition à la modernité. Un étude ethnopsychologique* (dissertação de doutoramento). Universidade de René Descartes, Sorbonne, Paris, França.
- Sameroff, A. (2009). *The transactional model of development: How children and contexts shape each other*. American Psychological Association, Washington, DC, USA.
- Sigal, J., Perry, J., Rossignol, M., & Ouimet, M. (2003). Unwanted infants: Psychological and physical consequences of inadequate orphanage care 50 years later. *American Journal of Orthopsychiatry*, 73(1), 3-12.
- Simões, A. (1993). São os homens mais agressivos que as mulheres? *Revista Portuguesa de Pedagogia*, XXVII(3), 387-404.
- Siqueira, A. & Dell'Aglia, D. (2010). Crianças e adolescentes institucionalizados: Desempenho escolar, satisfação de vida e rede de apoio. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 26(3), 407-415.
- Veiga, F & Domingues, D. (2012). A escala Piers-Harris children's self-concept scale: Uma versão com repostas de um a seis. In *Atas do 12º Colóquio de Psicologia, Educação, Aprendizagem e Desenvolvimento: Olhares Contemporâneos através da Investigação* (pp.223-238), ISPA, Lisboa.
- Velarde, M., & Martínez, P. (2008). Perspectiva temporal futura em adolescentes institucionalizados. *Revista de Psicologia*, XXVI(2), 256-276.
- Weber, L. (2007). *Eduque com carinho* (2ª ed). Juruá